

## EDITORIAL

# PERSPECTIVAS SOCIAIS DO DIREITO

*Fernando Frederico de Almeida Júnior\**

A *Revista JurisFIB* é um periódico eletrônico que tem como objetivo promover o debate de ideias e estimular a pesquisa jurídica, divulgando a produção acadêmica e científica de estudiosos do Direito e incentivando a produção de docentes e discentes.

Desempenhando sua vocação e almejando realizar concreta e integralmente sua missão, a FIB disponibiliza à comunidade acadêmica e à toda sociedade o terceiro volume da *Revista JurisFIB*, que conta com 20 artigos científicos, dispostos em mais de 400 páginas. Os artigos desta edição abordam temas provocantes e que interessam a toda coletividade, tais como a responsabilidade social das instituições de ensino superior, o curso de Direito na modalidade EAD, a aplicação de progressividade no IPTU, a sucessão tributária empresarial, o direito judicial criativo, a relação dos institutos excludentes de responsabilidade no processo de execução com o princípio constitucional da dignidade humana, as medidas cautelares e as ações do delegado de polícia e o combate ao abuso do direito de ação como uma necessidade para a celeridade e efetividade processual. Esta edição também traz trabalhos com conteúdos ati-

\*Pós-doutor em Direito pela Università degli Studi di Messina (Itália). Pós-doutor em Direito pela Universidade de Coimbra (Portugal). Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto. Professor e advogado.

nentes ao eixo de formação fundamental. A título de exemplo, contém texto que aborda os direitos humanos fundamentais nas constituições brasileiras, que analisa os direitos humanos e a formação do bacharel em Direito, numa abordagem da sociologia e antropologia jurídica, que trata das gerações dos direitos fundamentais, que apresenta as contribuições da teoria crítica para o papel dos movimentos sociais em relação à diversidade social, que estuda o conceito semântico de norma na teoria dos direitos fundamentais de Robert Alexy e texto que pesquisa os aspectos sociais, políticos, econômicos e jurídicos na constituição imperial de 1824. A revista contém, ainda, trabalhos produzidos por acadêmicos de três faculdades de Direito, uns elaborados em co-autoria com docentes. Além de alguns já destacados acima, tais artigos tratam da deserção, do instituto da decadência das verbas previdenciárias nas execuções trabalhistas, da demissão coletiva no direito brasileiro e das cartas psicografadas como prova em processo penal. Boa leitura!